

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.547.040 - SP (2019/0219042-8)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
AGRAVANTE : M T DOS S (PRESO)
ADVOGADO : RODRIGO AUGUSTO DA SILVA - SP229198
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental apresentado por M. T. dos S. (e-STJ fls. 3/13 - expediente avulso), em 4/9/2019, contra decisão da lavra do Presidente desta Eg. Corte, que deixou de conhecer de seu recurso especial, por ausência de impugnação específica aos fundamentos do despacho de inadmissibilidade.

A Coordenadoria de Processamento de Feitos de Direito Penal, à e-STJ fl. 467 dos autos principais, certificou que a *r. decisão de fls. 461 transitou em julgado no dia 02 de setembro de 2019. Registro a baixa destes autos à (o) TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - RUA DA GLÓRIA.*

Salienta-se que o patrono do agravante foi devidamente intimado, conforme certidão de e-STJ fl. 463 dos autos originários.

Finalmente, vale lembrar que o agravo contra decisão monocrática de relator, em controvérsias que versam sobre matéria penal ou processual penal, nos tribunais superiores, não obedece às regras do novo CPC referentes à contagem dos prazos em dias úteis (art. 219 Lei n. 13.105/2015) e ao estabelecimento de prazo de 15 (quinze) dias para todos os recursos, com exceção dos embargos de declaração (art. 1.003, § 5º, Lei n. 13.105/2015).

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRONÚNCIA. APELO INTERPOSTO DE FORMA FÍSICA. DESOBEDIÊNCIA À RESOLUÇÃO STJ N.º 14/2013, QUE IMPÕE A OBRIGATORIEDADE DO PETICIONAMENTO ELETRÔNICO. PETIÇÃO ELETRÔNICA APRESENTADA APÓS O TRANSCURSO DO

Superior Tribunal de Justiça

PRAZO RECURSAL. AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO.

1. De acordo com a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, a partir da edição da Resolução STJ n.º 14/2013, o peticionamento eletrônico é obrigatório, tanto no tocante às ações iniciais quanto àquelas incidentais atinentes ao recurso especial.

2. Em tendo sido publicada a decisão agravada em 9/4/2019 (fl. 1.316), é intempestivo o agravo regimental interposto eletronicamente em 2/5/2019 (fl. 3 do expediente avulso), quando já havia transcorrido o prazo de 5 dias corridos previsto para esse desiderato.

3. Agravo regimental não conhecido. (AgRg no AREsp 1456305/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 18/06/2019, DJe 01/08/2019)

Assim, ante o trânsito em julgado da decisão, está exaurida a prestação jurisdicional desta Corte.

Portanto, não há **nada a deferir**.

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator